

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SPED FISCAL: UM ESTUDO NAS EMPRESAS CONTÁBEIS DE
JUÍNA**

Autora: Bruna Cristina Dilele Zandonadi

Orientadora: Ms. Daniele Martini

JUÍNA-MT

2010

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SPED FISCAL: UM ESTUDO NAS EMPRESAS CONTÁBEIS DE
JUÍNA**

Autora: Bruna Cristina Dilele Zandonadi

Orientadora: Ms. Daniele Martini

“Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.”

JUÍNA-MT

2010

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Cleiva Schaurich Mativi

Prof. Esp. Heloisa dos Santos

**ORIENTADORA
Prof. Ms. Daniele Martini**

Dedico este trabalho aos meus pais Anacleto e Maria Helena, aos meus irmãos Rafael e Lucas, aos meus tios José e Heloisa e meus avós Célia e Vicente como forma de gratidão pelo apoio e incentivo que me deram no decorrer deste curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças, por ter sido meu amparo nos momentos mais difíceis. Por ter me permitido sentir saudades daqueles que amo, medo, insegurança e dúvida, pois são sentimentos como este, que torna tão valiosa a felicidade que sinto na concretização deste sonho.

Agradeço a orientadora Daniele Martini pela colaboração, disponibilidade, preocupação e contribuição com o desenvolvimento e qualidade deste trabalho.

A professora Cleiva por ter contribuído com sua experiência profissional no desenvolvimento deste.

Aos meus familiares e ao meu namorado Marcos, por terem me suportado nos meus momentos difíceis, compreenderem a minha ausência, pelas palavras de incentivo e carinho, por acreditarem em mim e principalmente por nunca permitirem que eu duvidasse do meu potencial.

Agradeço as minhas amigas Kátia, Rafaela, Renata, Simone, Vera, Alexandra Jacomel, Lucieli, Claudete e aos amigos Adalberto e Wilmar pelos conselhos, palavras de força, ajuda nos estudos, e companhia tornando essa jornada mais valiosa e produtiva.

Ao Padre Geraldo e Irmã Ozair pelo carinho que ainda têm comigo e aos eternos professores Valdemar, Celeida, Heidy, Elci e Leiva.

*"Tenha sempre bons pensamentos
Porque os seus pensamentos se transformam em suas palavras.
Tenha boas palavras,
Porque as suas palavras se transformam em suas ações.
Tenha boas ações
Porque as suas ações se transformam em seus hábitos.
Tenha bons hábitos
Porque os seus hábitos se transformam em seus valores.
Tenha bons valores
Porque os seus valores se transformam no seu próprio destino."
(Mahatma Ghandi)*

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema o SPED Fiscal: um estudo nas empresas contábeis de Juína. Cujo objetivo geral Identificar as dificuldades encontradas pelas empresas de serviços contábeis de Juína-MT para atenderem às exigências de transmissão da Escrituração Fiscal Digital, por meio do sistema do SPED FISCAL. A escolha do tema justifica-se tendo em vista os problemas encontrados no dia-a-dia das empresas de serviços contábeis, para atenderem as exigências legais feitas pelo governo, e a necessidade de estudos que sugiram melhorias para solucionar estas dificuldades. Através de um questionário aplicado às empresas que prestam serviços contábeis no município de Juína-MT levantaram-se as principais dificuldades encontradas na entrega do SPED fiscal. De acordo com as resposta concluiu-se que as principais dificuldades giram em torno do comprometimento e organização dos clientes, da compreensão da legislação e atendimento aos prazos estabelecidos.

Palavras-chave: SPED Fiscal, Empresas Contábeis, Escrituração Fiscal.

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
EFD	Escrituração Fiscal Digital
PVA	Programa Validador e Assinador
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
SEFAZ	Secretaria de Fazenda
RFB	Receita Federal do Brasil
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Resultado da contagem - contabilidade do homem primitivo	19
Quadro 02. Comparação de duas escolas.	21
Quadro 03. Áreas de atuação do contador	22
Quadro 04. Usuários da contabilidade	24

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Escrita cuneiforme – símbolos descritos na antiguidade.....	18
Figura 02. Esquema de funcionamento da NF-e.....	33
Figura 03. Programa Validador e Assinador	35
Figura 04. <i>Layout</i> interno do Programa Validador e Assinador	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Falta de estrutura para geração e armazenamento dos arquivos.....	39
Gráfico 2. Falta de adequação dos softwares utilizados para geração do arquivo do SPED Fiscal.	40
Gráfico 3. Estrutura tecnológica preparada para suportar as gerações, validações e entregas dos arquivos.	41
Gráfico 4. Falta de conhecimento técnico dos funcionários.	41
Gráfico 5. Dificuldade no Entendimento do <i>Layout</i> do PVA.	42
Gráfico 6. Dificuldade no Entendimento da legislação.	43
Gráfico 7. Prazo de transmissão e implantação estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.	44
Gráfico 8. Dificuldade de acesso à Certificação Digital.	45
Gráfico 9. Particularidades e variações do conteúdo por estabelecimentos localizados em diferentes UF's.....	46
Gráfico 10. Organização de documentos enviados pelos clientes.	47
Gráfico 11. Cultura e comprometimento interno dos clientes.....	48
Gráfico 12. Qualidade da informação repassada pelos clientes.....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA.....	12
1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA	13
1.4.1 objetivo geral.....	14
1.4.2 objetivos específicos.....	14
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	14
1.6 JUSTIFICATIVA.....	15
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 CONTABILIDADE E SEUS CONCEITOS.....	16
2.1.1 história da contabilidade.....	17
2.1.2 evolução da contabilidade	19
2.1.3 profissional contábil.....	21
2.1.4 usuários da contabilidade.....	23
2.1.5 áreas da contabilidade	24
2.2 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	25
2.2.1 livros fiscais	26
2.2.2 a evolução da escrituração fiscal.....	28
2.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)	30
2.3.1 escrituração fiscal digital.....	30
2.3.2 finalidade da escrituração fiscal digital	31
2.3.3 empresas obrigadas a escrituração fiscal digital	33
2.3.4 programa validador e assinador.....	34
3 METODOLOGIA	37
4 ANÁLISE DE DADOS.....	39
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXO A - MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	57

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A contabilidade vem passando por muitas transformações ao longo de sua história. As modificações ocorrem de acordo com a necessidade de adequação desta ciência à realidade atual.

Em tempos remotos a contabilidade era utilizada apenas para controlar o patrimônio e auxiliar as pessoas nas tomadas de decisões, posteriormente a contabilidade passou a ser utilizada pelos governos para a arrecadação de impostos.

Com uma carga tributária elevada as empresas buscam formas lícitas e até mesmo ilícitas para diminuir os valores recolhidos aos cofres públicos. Buscando padronizar a contabilidade das empresas e também cercar as informações sobre ela, o governo instituiu uma forma de escrituração eletrônica, que obriga as empresas a manterem sua escrituração contábil e fiscal atualizadas, para acesso on-line.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal é um sistema que visa à modernização da escrituração contábil e fiscal no país.

As adequações para atender as exigências do SPED FISCAL são muitas, e, conseqüentemente as dificuldades também.

Esta pesquisa procurará identificar os principais gargalos para esta adequação, para que análises posteriores possibilitem pesquisas sobre formas de melhorar a interação entre empresas e governo.

1.2 Problema da Pesquisa

O problema de pesquisa apontado por Gil (2002, p. 24) como questão não solvida e que é objeto de discussão em qualquer domínio do conhecimento, é formulado em forma de pergunta.

Formular um problema científico não constitui tarefa fácil. Para alguns, isso implica mesmo o exercício de certa capacidade que não é muito comum nos seres humanos. Todavia, não há como deixar de reconhecer que o treinamento desempenha papel fundamental nesse processo. (GIL, 2002, p. 26)

Dessa forma, o problema de pesquisa apontado é:

Quais as dificuldades encontradas pelas empresas de serviços contábeis de Juína-MT para entregar corretamente o SPED FISCAL?

A cerca do problema foram levantadas algumas hipóteses que estão expostas a seguir.

1.3 Hipóteses da Pesquisa

Gil (2002, p. 31) descreve de forma simplificada o que é hipótese:

A pesquisa científica se inicia sempre com a colocação de um problema solucionável. O passo seguinte consiste em oferecer uma solução possível, mediante uma proposição, ou seja, uma expressão verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa. A essa proposição dá-se o nome de hipótese.

As hipóteses levantadas que serão possíveis respostas do problema são:

H1 – A maior dificuldade para a correta entrega do SPED FISCAL está relacionada ao capital tecnológico da empresa.

H2 – A maior dificuldade para a correta entrega do SPED FISCAL está relacionada ao capital humano da empresa.

H3 – A maior dificuldade para a correta entrega do SPED FISCAL está relacionada ao comprometimento dos clientes;

H4 – A maior dificuldade esta relacionada aos prazos de entrega e de transmissão do arquivo;

H5 – A maior dificuldade é a aquisição do certificado digital;

H6 – Não existem dificuldades na entrega do arquivo.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo, ou ponto principal que se deseja alcançar com este estudo é identificar as dificuldades encontradas pelas empresas de serviços contábeis de Juína-MT para atenderem às exigências de transmissão da Escrituração Fiscal Digital, por meio do sistema do SPED FISCAL.

1.4.2 Objetivos Específicos

Buscando alcançar o objetivo geral são apontados objetivos específicos que auxiliarão no cumprimento do mesmo.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- Realizar revisão teórica sobre os conceitos e definições relativos ao tema pesquisado.
- Coletar informações junto às empresas contábeis de Juína sobre o processo de entrega dos arquivos do SPED Fiscal.
- Tabular as informações obtidas no questionário aplicado às empresas contábeis de Juína.
- Testar as hipóteses levantadas com os resultados obtidos na pesquisa de campo.

1.5 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa limita-se a discorrer sobre as dificuldades encontradas pelas empresas de serviços contábeis em atender as exigências para a entrega da escrituração fiscal por meio digital de seus clientes. Para verificar estas dificuldades serão distribuídos questionários às empresas que prestam serviços contábeis no município de Juína - MT.

1.6 Justificativa

Tendo em vista os problemas encontrados no dia-a-dia das empresas de serviços contábeis, para atenderem as exigências legais feitas pelos governos, pesquisas como esta são necessárias para que se possa conhecer as dificuldades e posteriormente sugerir melhorias para solucionar estas dificuldades.

A falta de conhecimento a respeito da Escrituração Digital faz com que as empresas fiquem amedrontadas com um sistema que pouco conhecem e ao qual são obrigadas a aderir. Todas as formas de estudo que visam esclarecer informações a respeito do tema podem contribuir para uma adequação mais rápida e menos traumática às exigências legais.

A assessoria contábil é uma área pouco difundida em cidades interioranas que tem em sua grande maioria empresas familiares. Os contabilistas precisam informar seus clientes a respeito de quaisquer alterações que ocorram no âmbito da contabilidade, e assessorá-los para que os mesmos consigam cumprir as exigências legais.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que irá se tornar instrumento de conhecimento a respeito do tema, para contabilistas e acadêmicos que estejam interessados em melhorar o desempenho no que tange ao atendimento das exigências legais e do mercado.

1.7 Estrutura do Trabalho

O trabalho foi tratado em capítulos e está exposto da seguinte forma:

No primeiro capítulo está a introdução ao tema, com a contextualização, problema de pesquisa, hipóteses, objetivo geral, objetivos específicos, delimitação da pesquisa, justificativa e estrutura do trabalho.

No capítulo 02 apresenta-se o referencial teórico da pesquisa, que busca fundamentação nos seguintes temas: Contabilidade e seus conceitos, sistema de escrituração digital entre outros.

No capítulo 03 apresenta-se a metodologia da pesquisa.

No capítulo 04 encontra-se a análise dos resultados encontrados ao longo do estudo.

No quinto capítulo está a conclusão do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade e seus conceitos

A contabilidade está inserida na vida da humanidade desde Antes de Cristo, de onde provem seus primeiros registros. Ao longo dos tempos ela tem evoluído e se transformado acompanhando as sociedades de cada época.

Vários são os conceitos utilizados pelos autores para definir contabilidade. Franco (1997, p. 21) define:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

A definição utilizada por Fabretti (2006, p. 30) é a que foi aprovada no primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em 1924: “Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativo aos atos e fatos da administração econômica”.

Ainda para fins didáticos o autor traz outra definição para contabilidade:

Contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio e as mutações que nele operam os atos e fatos administrativos, demonstrando no final de cada exercício social o resultado obtido e a situação econômico-financeira da entidade. (FABRETTI, 2006, p.30)

A contabilidade não é uma ciência exata, conforme explicam Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 10):

A contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social aplicada, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia a contabilidade utiliza os métodos quantitativos (matemática e estatística) como sua principal ferramenta.

O objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades. Este patrimônio pode pertencer a pessoas jurídicas ou pessoas naturais. Franco (1997, p. 19) descreve a função da contabilidade:

Sua função é registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse patrimônio, para a tomada de decisões de seus administradores.

Qualquer que seja o tamanho ou volume do patrimônio, todas as entidades necessitam de controle, ainda que seja simplificado, das alterações e mutações que nele ocorrem.

A contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples, é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros. O papel da contabilidade torna-se ainda mais importante nas complexas economias modernas. Uma vez que os recursos são escassos, temos de escolher entre as melhores alternativas, e para identificá-las são necessários os dados contábeis. (CREPALDI, 2004, p. 20).

Para melhor compreender esta ciência, o próximo tópico tratará da história da contabilidade e de como foi seu surgimento.

2.1.1 História da Contabilidade

Através da história é possível conhecer o homem na antiguidade, seus costumes, e atos, bem como a forma com que conduzia suas atividades. Como não existiam números, moedas ou escrita, o homem pautava suas ações nas experiências que adquiria ao longo de sua vida.

Imagine um homem, na antiguidade, sem conhecer números, muito menos, a escrita, exercendo a atividade de pastoreio. O inverno está chegando. O homem prepara toda a provisão para o sustento do seu rebanho de ovelhas olhando para um período longo de muito frio que está se aproximando. Ainda que ele nunca tenha aprendido sobre os meses do ano, ele sabe que a neve está se aproximando, pois as folhas das árvores ficaram amarelas, e caíram, e assim ocorreu no passado por inúmeras vezes. Ele não sabia o que eram as estações do ano, mas tinha experiência: árvores secando, frio chegando. (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009, p. 03).

Mesmo muito primitivamente, o homem tinha preocupação em saber se seu patrimônio aumentava ou diminuía com o passar do tempo.

De repente, o homem se questiona: “Quanto será que o meu rebanho cresceu desde o último frio até hoje? Será que o meu cresceu mais que do

Floreto?” (Floreto era o pastor de ovelhas vizinho mais próximo deste homem na antiguidade). Este homem, assim como qualquer um, era ambicioso, tinha desafios e queria ver sua riqueza aumentando. (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009, p. 04)

Assim, o homem passou a contar seus bens, e a história nos mostra registros dessas contagens através de marcas deixadas em pedras ou em ossos. De acordo com Iudícibus (2006, p. 34) “alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2.000 a.C.”

O mais antigo documento dessa época que se conhece parece ser o que nos apresenta Figuiér. Foi encontrado na gruta D'Aurignac, no departamento de Haute Garone, na França; uma lâmina de osso de rena, contendo sulcos que indicam quantidades. (SÁ, 1997, p. 21)

Marion (2006, p. 31) destaca que “também são conhecidos cuneiformes em cerâmicas que relatavam as transações entre egípcios e babilônicos, destacando-se pagamentos de salários e impostos ($\pm$ 3.000 a. C.)”

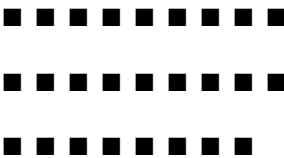
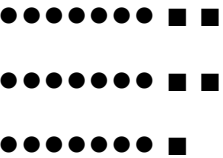
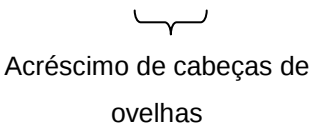


Figura 01. Escrita cuneiforme – símbolos descritos na antiguidade

Fonte: <http://www.meionorte.com>

A simbologia utilizada para contagem dos bens era primitiva e o homem usava aquilo que estivesse ao seu alcance para controlar seu patrimônio.

A história da contabilidade é tão antiga quanto à própria história da civilização. Está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos. (ZANLUCA, 2008).

Cada símbolo (pedrinha) corresponde a uma cabeça de ovelha		
Primeiro Inverno	Segundo Inverno	Comparação entre 2 invernos
 1º Inventário	 2º Inventário	  Acréscimo de cabeças de ovelhas

Quadro 01. Resultado da contagem - contabilidade do homem primitivo

Fonte: Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 05)

Outros registros antigos da contabilidade são indicados na Bíblia. Mesmo no livro mais antigo, são encontrados indícios da existência da contabilidade.

O livro de Jó, ainda que não seja o primeiro da Bíblia, é considerado o mais antigo. Jó era um homem muito rico e justo, da terra de Uz no Oriente, que certamente, tinha um bom contador, pois na descrição de sua riqueza, no versículo três do primeiro capítulo, observa-se: “Era o seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de bois e quinhentas jumentas”. (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009, p. 07)

Conforme descrito acima, a contabilidade permeia a vida do homem ao longo de sua existência, contudo, várias foram as modificações ocorridas em torno desta ciência. No próximo tópico será descrita a evolução desta ciência.

2.1.2 Evolução da Contabilidade

A contabilidade ganhou forma de ciência a partir da existência dos números. Com a chegada dos numerais ela passou a caminhar para ser a contabilidade que se conhece nos dias atuais.

Somente em torno do século XV (com presença relevante no século XIII), isto é, praticamente após 5.500 anos (partindo-se da hipótese de que ela existe desde 4.000 a. C.), é que a Contabilidade atinge um nível de desenvolvimento notório, sendo chamada de fase lógica-racional ou até

mesmo de fase pré-científica da Contabilidade. (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009, p. 08)

Esta era pré-científica é que deu início à contabilidade das partidas dobradas, e percebe-se mais uma vez que foi no Oriente que ocorreu mais consideravelmente esta evolução.

Durante o período da Alta Idade Média (476 - 1.000), a influência da Igreja sobre as terras e a economia fizeram com que, no Ocidente Europeu, ocorresse uma estagnação na evolução social e econômica. O Oriente, entretanto, não sofria do mesmo modo a influência da Igreja ou dos problemas gerados pelos grandes latifúndios, permitindo que fosse desenvolvido nesta região um método de registros que posteriormente seria desenvolvido na Itália sob o nome de Método das Partidas Dobradas ou Método Veneziano, uma equação onde um conjunto de créditos sempre corresponderá a um conjunto de débitos no mesmo valor. (LOPES, 2009, p. 04).

Com a publicação do livro do Frei Franciscano Luca Pacioli a contabilidade ganhou desenhos mais compreensíveis.

A contabilidade, entretanto, vai atingir sua maturidade entre os séculos XIII e XVI d. C. (comércio com as Índias, burguesia, renascimento, mercantilismo etc.), consolidando-se pelo trabalho elaborado pelo frade franciscano Luca Pacioli, que publicou na Itália, em 1494, um tratado sobre Contabilidade que ainda hoje é de grande utilidade no meio contábil. Assim nasceu a Escola Italiana de Contabilidade, que dominou o cenário mundial até o início do século XX. (MARION, 2004, p. 31)

A escola italiana dominou a ciência contábil por muito tempo, e desta escola partiam a maioria dos textos que tratavam deste assunto, portanto, muito se deve aos escritores europeus pela expansão da contabilidade em todos os meios.

Os italianos e alemães fizeram da Contabilidade ou quiseram dar-lhe talvez, uma roupagem excessivamente vistosa, mas, assim mesmo, conseguiram, na época, vender ao mundo esta imagem. O enquadramento da contabilidade com elemento fundamental da equação aziendalista teve o mérito incontestável de chamar atenção para o fato de que a contabilidade é muito mais do que mero registro; é um instrumento básico de gestão, e, na verdade, um dos principais. (IUDÍCIBUS, 2006, p. 37)

Os avanços da contabilidade continuam e depois da massificação da escola européia ou italiana, surge a escola norte-americana.

O surgimento das gigantesca *corporations*, principalmente em inícios do século, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e ao

extraordinário ritmo de desenvolvimento que aquele país experimentou e ainda experimenta, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis norte-americanas. Não podemos esquecer-nos, também, de que os Estados Unidos herdaram da Inglaterra uma excelente tradição no campo da auditoria, criando, lá, sólidas raízes. (IUBÍCIBUS, 2006, p. 38)

O quadro 02 faz uma comparação entre escola europeia e escola norte-americana, e facilita a compreensão da queda de uma e da ascensão da outra.

Algumas razões da queda da escola europeia (especificamente italiana)	Algumas razões da escola norte-americana
1. Excessivo culto à Personalidade: Grandes mestres e pensadores da contabilidade ganharam tanta notoriedade que passaram a ser vistos como “oráculos” da verdade contábil.	1. Ênfase ao Usuário da Informação Contábil: a contabilidade é apresentada como algo útil para a tomada de decisões, evitando-se endeusar demasiadamente a contabilidade; atender os usuários é o grande objetivo.
2. Ênfase a uma contabilidade teórica: as mentes privilegiadas produziam trabalhos excessivamente teóricos, apenas pelo gosto de serem teóricos, difundindo-se ideias com pouca aplicação prática.	2. Ênfase à contabilidade aplicada: principalmente à contabilidade gerencial. Ao contrário dos europeus, não havia uma preocupação com as teorias das contas, ou querer provar que a contabilidade é uma ciência.
3. Pouca Importância à Auditoria: principalmente na legislação italiana, o grau de confiabilidade e a importância da auditoria não eram enfatizados.	3. Bastante Importância à Auditoria: como herança dos ingleses e transparência para os investidores das Sociedades Anônimas (e outros usuários) nos relatórios contábeis, a auditoria é muito enfatizada.
4. Queda do nível das principais faculdades: principalmente as faculdades italianas, superpovoadas de alunos.	4. Universidades em busca de qualidade: grandes quantias para as pesquisas no campo contábil, o professor em dedicação exclusiva, o aluno em período integral valorizaram o ensino nos Estados Unidos.

Quadro 02. Comparação de duas escolas.

Fonte: Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 15)

Além de conhecer a contabilidade e sua evolução ao longo da história, é preciso também conhecer o profissional que atua na área da contabilidade. Este assunto será tratado no próximo tópico.

2.1.3 Profissional Contábil

A profissão de contador tem sido, ao longo dos tempos, modificada. O contabilista passou de simples guarda-livros para peça principal dentro das organizações. O fato de o contabilista conhecer a empresa, em seus mais diversos setores, facilita sua compreensão, e conseqüentemente aumenta as possibilidades de gestores e administradores tomarem decisões corretas baseadas nas informações por ele produzidas.

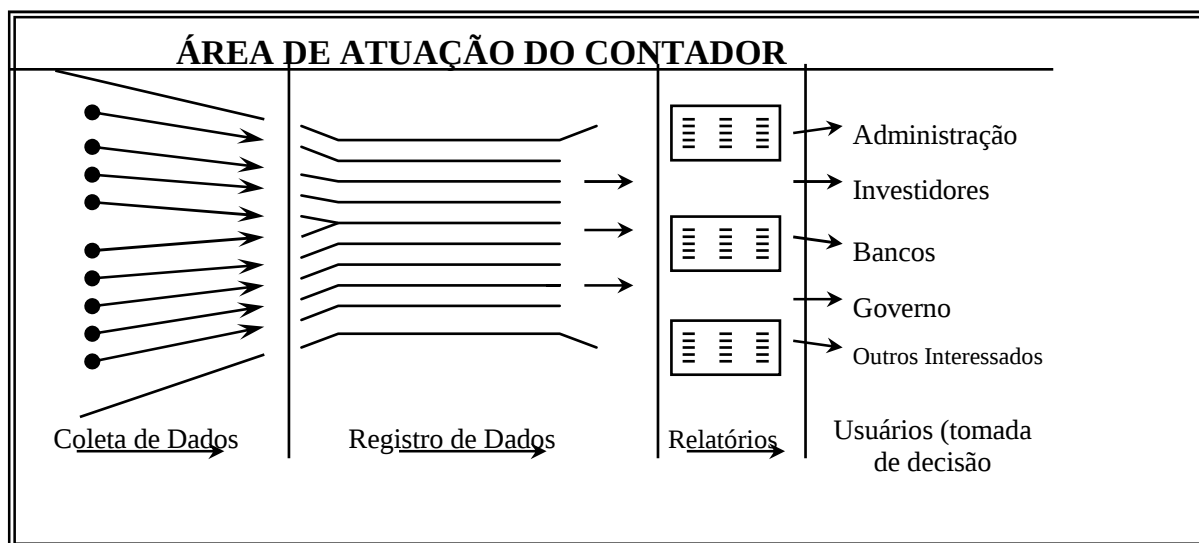
O profissional da Contabilidade é peça fundamental na nova ordem econômica mundial. Depende dele a transparência dos balanços e demais demonstrações contábeis, a correta avaliação de empresas e dos negócios, públicos ou privados. É essencial a participação de auditores no exame das contas públicas, de peritos e especialistas nos negócios do Estado. Enfim, aos contadores cabe a “tradução” de números e dados financeiros ao público leigo para que – com a difusão das informações – venham a contribuir para a formação de nosso futuro, de forma a inserir-nos no contexto universal. (SÃ, 1998, p. 90).

A distinção entre técnico em contabilidade, contador e contabilista é ditada pelo novo Código Civil.

O novo Código Civil usa o vocábulo contabilista em substituição a contador e a de técnico em contabilidade, que são duas categorias profissionais previstas em lei. Assim sendo, o termo contabilista passa a designar o profissional registrado no Conselho Regional de Contabilidade. (BARRETO, 2002, p. 71).

O contabilista deve ser um profissional ético, que pauta suas ações nos princípios legais, e que se preocupa em levar aos usuários informações corretas acerca dos serviços que presta.

O quadro 03 demonstra que o contabilista atua coletando dados, registrando estes dados e fornecendo relatórios que vão munir os mais diversos usuários com informações necessárias às corretas tomadas de decisão.



Quadro 03. Áreas de atuação do contador
 Fonte: Marion (2006, p. 25)

O contabilista pode atuar em diversas áreas, contudo, muitos profissionais são pouco aproveitados pelas empresas, que enxergam no contabilista alguém que serve simplesmente para que a empresa cumpra suas obrigações perante o fisco, conforme destacam Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 23):

Diante de um leque diversificado de atividades, podemos dizer que a tarefa básica do contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões. Ressalte-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada quase que exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco.

Mesmo sendo clara a distorção que muitos fazem acerca da profissão, os contabilistas devem se considerar como uma classe de profissionais que sabem da importância de sua profissão, e das responsabilidades que lhes cabe em seu exercício.

Os contabilistas, como classe profissional, caracterizam-se pela natureza e homogeneidade do trabalho executado, pelo tipo e características do conhecimento, habilidades técnicas e habilitação legal exigidos para o seu exercício da atividade contábil. Portanto, os profissionais da contabilidade representam um grupo específico com especialização no conhecimento da sua área, sendo uma força viva na sociedade, vinculada a uma grande responsabilidade econômica e social, sobretudo na mensuração, controle e gestão do patrimônio das pessoas e entidades. (FORTES, 2006, p. 01)

Para entender a contabilidade como um todo, no próximo item serão descritos os usuários desta tão importante ciência.

2.1.4 Usuários da Contabilidade

Se é fato que o contabilista deve coletar dados, mensurá-los para transformá-los em relatórios que irão munir os usuários da contabilidade, é preciso conhecer estes usuários e o interesse de cada um deles.

Para Marion (2004, p. 35): “os usuários são pessoas que se utilizam da contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na contabilidade suas respostas”.

Estes usuários podem ser internos ou externos. Os usuários internos são aqueles que estão diretamente ligados à empresa e os externos são os demais interessados.

No quadro 04 é possível verificar qual o interesse que cada um destes usuários tem na contabilidade:

USUÁRIOS INTERNOS	
USUÁRIO	FINALIDADE
Gerentes ou Administradores	Para a tomada de decisões
Funcionários	Com interesse de pleitear melhorias
Diretoria	Para execução de planejamentos organizacionais
USUÁRIOS EXTERNOS	
USUÁRIO	FINALIDADE
Bancos	Interessados nas demonstrações financeiras a fim de analisar a concessão de financiamentos e medir a capacidade de retorno do capital emprestado
Concorrentes	Interessados em conhecer a situação da empresa para poder atuar no mercado
Governo	Que necessita de informações sobre receitas e despesas para poder atuar sobre o resultado operacional no que concerne a sua parcela de tributação e planejamento macroeconômico
Fornecedores	Interessados em conhecer a situação da entidade para poder continuar ou não as transações comerciais com a entidade, além de medir a garantia de recebimento futuro
Clientes	Interessados em medir a integridade da entidade e a garantia de que seu pedido será atendido nas suas especificações e no tempo acordado
Sindicados	Utilizam os relatórios para determinar a produtividade do setor, fator preponderante para reajuste de salários

Quadro 04. Usuários da contabilidade

Fonte: Adaptado de www.cosif.com.br

Cada um destes usuários precisa confiar nas informações que os contabilistas fornecem. A credibilidade do profissional leva os usuários à certeza de que aquilo que se enxerga através dos relatórios transparece o que a empresa é na sua realidade.

O próximo tópico tratará das áreas de atuação do contabilista dentro da contabilidade.

2.1.5 Áreas da Contabilidade

A ciência contábil pode atuar em diversas áreas e ramos de negócios, conforme salienta o autor Marion (2004):

A contabilidade pode ser estudada de modo geral (para todas as empresas) ou em particular (aplicada em certo ramo de atividade ou setor da economia). A contabilidade geral, também conhecida como contabilidade financeira, pode ser aplicada a diversos ramos de atividade. Quando a contabilidade geral for aplicada a empresas:

- Comerciais, denomina-se contabilidade comercial;
 - Industriais, denomina-se contabilidade industrial;
 - Públicas, denomina-se contabilidade pública;
 - Bancárias, denomina-se contabilidade bancária;
 - Hospitalares, denomina-se contabilidade hospitalar;
 - Agropecuárias, denomina-se contabilidade agropecuária;
- (MARION, 2004, p. 29)

Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 24) afirmam que “a contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional, o estudante que optou por um curso de contabilidade terá inúmeras alternativas”.

A contabilidade dita comercial é a área mais comum de atuação dos contabilistas, contudo existe uma ascensão de novas alternativas, dentre as quais pode-se destacar a auditoria, que é o exame, e a verificação dos procedimentos contábeis.

2.2 Escrituração Contábil

Todos os registros feitos acerca das mutações do patrimônio em ordem cronológica formam o que se chama de escrituração. Conforme Ferreira (2009, p. 95):

Escrituração contábil é a técnica utilizada para o registro dos fatos contábeis. Tem como finalidade o controle do patrimônio e de suas variações, sendo processada mediante lançamentos em livros destinados ao registro das operações que afetam o patrimônio.

A Escrituração contábil deve ser feita de acordo com o art. 177 da Lei nº. 6404/76:

A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

Todas as entidades são obrigadas a manter sua escrituração fiscal, que exige atenção especial do profissional contábil em relação à veracidade das informações, pois, através da escrituração é que fica conhecida a situação patrimonial das mesmas.

A escrituração mantida com observância das disposições legais faz prova, a favor do contribuinte, dos fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis segundo sua natureza, ou assim definidos em preceitos legais. A lei dispensa a escrituração contábil, ou simplifica, apenas nos casos excepcionais de incidência de imposto de renda sobre o lucro presumido, ou no caso de isenção de imposto por reduzida receita bruta. (CASTRO, 1999, p. 18).

De forma simplificada a escrituração fiscal consiste em registrar nos devidos livros todos os fatos que ocorrem dentro da entidade em decorrência de sua atividade.

No próximo item serão descritos os livros fiscais necessários e exigidos legalmente.

2.2.1 Livros Fiscais

Os livros fiscais são instrumentos utilizados para registrar os fatos contábeis ocorridos nas entidades.

De acordo com Ferreira (2009, p. 77) podem ser divididos em: “obrigatórios e facultativos; comuns e especiais; principais e auxiliares;”

Dessa forma, os livros obrigatórios são aqueles que a lei obriga o contribuinte a manter, os facultativos são aqueles adotados segundo as necessidades da empresa.

Ainda de acordo com Ferreira (2009, p. 77): “Os livros comuns são os exigidos das empresas em geral, independente de seu tipo societário ou atividade. Os livros especiais são os exigidos de determinadas sociedades, em razão de sua forma jurídica ou de suas atividades”.

Os livros fiscais podem ser definidos ainda de acordo com sua abrangência ou utilidade em principais e auxiliares. Ferrari (2008, p. 207) considera que “Ao passo que os livros principais (Diário e Razão) registram todos os fatos contábeis, os livros Auxiliares (Caixa e Contas Correntes) registram alguns fatos contábeis.”

O mais importante livro utilizado pela contabilidade é o Livro Diário, de caráter obrigatório, onde se registram os fatos contábeis ocorridos e que modificam o patrimônio das entidades.

No livro diário são feitos os lançamentos que, para serem considerados devidamente corretos, precisam conter todos os elementos tidos como essenciais. São eles: data - que mostra a cronologia dos fatos; conta

devedora - que deve obedecer ao método das partidas dobradas; conta credora – que deve também obedecer ao método das partidas dobradas; histórico – que relata resumidamente o fato ocorrido; e valor que expressa a operação em valores monetários. (Autran & Coelho, 2003. p.64)

Favero et. al. (2005, p.115) consideram que o Diário é um “Livro de escrituração obrigatório, onde devem ser lançados, dia a dia, diretamente ou por reprodução, as operações da atividade mercantil que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial da entidade.”

Como exemplo de livro facultativo pode-se citar o Livro Razão, contudo, a legislação do Imposto de Renda torna-o obrigatório para contribuintes sujeitos ao Lucro Real.

Trata-se de um livro muito importante para a correta escrituração dos fatos, pois nele o saldo de cada uma das contas movimentadas é facilmente identificável. No livro Razão há uma página específica para cada conta, já que seu registro consiste justamente em individualizá-las. A escrituração nesse livro é feita de modo metódico, sistemático, isto é, dentro de normas de padrões estabelecidos. Registram-se em cada página todos os débitos e créditos relativos àquela conta possibilitando assim, extrair o saldo dessa conta ao final de um determinado período. (Autran & Coelho, 2003. p.64)

Como exemplo de Livros Especiais, Favero et. al. (2005, p.114) citam: “Livro de Registro de Ações Nominativas; Livro de Transferência de Ações Nominativas; Livro das Atas das Assembléias Gerais; e Livro de Presença dos Acionistas.”

Os Livros Fiscais propriamente ditos são mantidos em razão das obrigações tributárias e atividades que cada um desenvolve.

Os contribuintes sujeitos ao Imposto de Renda com base no lucro real devem manter os livros fiscais:

- 1 – para registro de inventário;
- 2 – para registro de compras;
- 3 – de apuração do lucro real (Lalur);
- 4 – para registro permanente de estoque, no caso de pessoas jurídicas que exerçam atividades de compra, venda, incorporação e construção de imóveis, loteamento ou desmembramento de terrenos para venda;
- 5 – de movimentação de combustíveis, a ser escriturado diariamente pelo posto revendedor. (FERREIRA, 2009, p. 80)

Outra opção de enquadramento tributário é o lucro presumido, e nele a empresa deve:

- 1 – escriturar, no livro Caixa, os recebimentos e pagamentos ocorridos em cada mês, de forma a refletir toda a movimentação financeira da empresa, exceto se mantiver escrituração contábil nos termos da legislação empresarial;
- 2 – escriturar, ao fim do ano-calendário, o livro Registro de Inventário de seus estoques;
- 3 – apresentar, até o último dia do mês de abril do ano-calendário seguinte ou no mês subsequente ao de encerramento de atividade, declaração de rendimentos;
- 4 – manter em boa guarda e ordem, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas ações que lhes sejam pertinentes, todos os livros de escrituração obrigatórios, por legislação fiscal específica, bem como os documentos e demais papéis que servirem de base para apurar os valores indicados na declaração de rendimentos. (FERREIRA, 2009, p. 81)

Além do ICMS, existem contribuintes que são obrigados a recolher o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), e estes são obrigados a manter os seguintes livros fiscais:

- 1 – Registro de Entradas;
- 2 – Registro de Saídas;
- 3 – Registro de Controle da Produção e do Estoque;
- 4 – Registro do selo de Controle;
- 5 – Registro de Impressão de Documentos Fiscais;
- 6 – Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;
- 7 – Registro de Inventário;
- 8 – Registro de Apuração do IPI. (FERREIRA, 2009, p. 81)

No sistema de escrituração digital os livros fiscais de entradas e saída, de apuração do ICMS, IPI e também de registro de inventário são escriturados digitalmente.

2.2.2 A Evolução da Escrituração Fiscal

Oliveira (2003) *apud* Rehim Junior (2009), destaca que a escrituração era feita manualmente nos livros diário, razão, caixa e etc...Este procedimento deixou de ser praticado com o aparecimento das máquinas mecânicas oriundas dos EUA, tendo em vista que se identificava grande dificuldade em manter as escritas atualizadas devido ao volume de informações e registros necessários para a execução dos trabalhos.

Com o aparecimento das formas mecânicas em geral utilizavam-se as máquinas de datilografia para a escrituração e os preenchimentos das fichas soltas, eram por processadoras automáticas, sendo que os

profissionais que trabalhavam com máquinas mecânicas eram os mecanógrafos. Estas máquinas são poucas ou nada utilizadas e de difícil manutenção nos dias atuais. (REHIM JUNIOR, 2009, p. 03)

Na história da informática, segundo relata Machado(1986, p.39-40) *apud* Cruz *et. al.* (2004, p. 03), vários acontecimentos marcaram o desenvolvimento tecnológico, dentre eles vale destacar:

- A invenção da calculadora de Pascal em 1642, que através de procedimentos ainda rudimentar, com ganchos para digitação dos números efetuava as operações de soma e subtração.
- Em 1812, o matemático Babbage dá um segundo passo quando ao consultar tabelas de logaritmos percebeu a existência de erros e decidiu construir uma maquina para computar tabelas matemáticas.
- A partir de 1940, surgem na história da humanidade os primeiros computadores eletrônicos, do tamanho de uma sala inteira e trabalhando através do uso de válvulas, conhecidos como os computadores de primeira geração.
- Em 1965, com o surgimento do circuito integrado, um componente eletrônico que contém vários transistores integrados em um único componente, começa a terceira geração de computadores.
- Em 1970, a INTEL lança nos EUA, o primeiro microcomputador conhecido como 8008.

Com a chegada da tecnologia e a escrituração feita diretamente no computador através dos sistemas próprios para a contabilidade, o contabilista passou a ser um profissional mais focado na interpretação dos fatos contábeis do que simplesmente em seu registro.

Os avanços tecnológicos, a informática e os sistemas avançados de comunicação contábil, acabaram por destituir aquela velha figura do guarda-livros dada ao profissional contábil por muitos anos. Os programas já realizam as quatro operações, assimilam as informações e elaboram os demonstrativos contábeis, adequando-os conforme a realidade escolhida. E também elaboram análise estatísticas. Cabendo portanto, ao Contador, a explicação e interpretação dos fenômenos patrimoniais, sendo necessário para isso cada vez mais a intelectualização do conhecimento contábil. (CRUZ ET. AL., 2004, p. 11)

A evolução tecnológica é constante em dias atuais e devido a este fato a contabilidade e os profissionais que a exercem devem estar preparados para as adequações necessárias.

A área contábil foi uma das que mais sofreram impactos com a introdução tecnológica, tendo que se adaptar as mudanças ocorridas nas organizações e no desenvolvimento das atividades contábeis. No entanto, é preciso que o profissional contábil tenha em mente que o processo de transformação promovido pelas inovações tecnológicas em sua atuação profissional é um processo dinâmico e contínuo; pois este assume a responsabilidade pelo

gerenciamento das informações que auxilia no desenvolvimento das atividades empresárias, devendo ter consciência da sua necessidade de atualização contínua a fim de acompanhar a evolução dos procedimentos, que envolvam o fluxo das atividades da Contabilidade. (CRUZ ET. AL., 2004, p. 14)

O mais novo impacto sofrido pela contabilidade devido à evolução tecnológica, foi a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital, que visa a esquematização da informação contábil em tempo real, informada diretamente ao fisco, do qual tratar-se-á no próximo tópico.

2.3 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

2.3.1 Escrituração Fiscal Digital

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi criado em janeiro de 2007, por meio do Decreto 6.022, do governo federal.

Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e considerando o disposto no art. 37, inciso XXII, da Constituição, nos arts. 10 e 11 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e nos arts. 219, 1.179 e 1.180 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

§ 1º Os livros e documentos de que trata o caput serão emitidos em forma eletrônica, observado o disposto na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º O disposto no caput não dispensa o empresário e a sociedade empresária de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável.

O SPED fiscal foi instituído para que o governo pudesse cercar melhor as ações das empresas e também para coibir a sonegação de tributos no país. A sonegação existe e os governos sabem disso, porém a dificuldade em combatê-la é imensa.

Há muito tempo as autoridades fiscais já sabem disso. E sabem, também, que só se reduz a sonegação a partir de maior fiscalização. A Receita Federal do Brasil publica, mensalmente, um relatório sobre o resultado da arrecadação. O relatório de dezembro de 2007 deixa claro: quanto maior a presença fiscal, maior o resultado. (DUARTE, 2009, p. 67).

Este sistema tem o objetivo de manter o acesso direto, e em tempo real, do governo sobre as informações a respeito da escrituração fiscal e contábil das empresas.

O projeto SPED, Serviço Público de Escrituração Digital, consiste na alteração da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias. Os livros e documentos contábeis e fiscais em papel serão substituídos por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica. (DUARTE, 2009, p. 70)

Nos próximos itens serão descritas as etapas e a finalidade da escrituração fiscal digital.

2.3.2 Finalidade da Escrituração Fiscal Digital

Como salientado anteriormente, a evolução tecnológica trouxe várias modificações no cenário da contabilidade. A escrituração de forma digital tem a finalidade de informar em tempo real todos os fatos ocorridos na entidade.

A EFD substituirá os livros conforme a Cláusula Sétima do Convênio ICMS 143/06:

A escrituração prevista na forma deste convênio substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:
I - Registro de Entradas;
II - Registro de Saídas;
III - Registro de Inventário;
IV - Registro de Apuração do IPI;
V - Registro de Apuração do ICMS.

A Receita Federal, ao criar o método de escrituração fiscal digital pretendia integrar e padronizar as informações contábeis e fiscais, bem como intensificar a fiscalização sobre atos tributários ilícitos. Assim a Receita Federal informa que o método de escrituração fiscal digital tem os seguintes objetivos:

- Promover a integração dos fiscos mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais;
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores;
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

O sistema de escrituração digital decorre da implantação da Nota Fiscal Eletrônica. A partir desta inovação o contribuinte passou a prestar contas para a Secretaria de Fazenda de seu estado a cada nova emissão. Da mesma forma o contribuinte passou a estar seguro de que a nota que o fornecedor está emitindo é verdadeira, pois a partir da NF-e o próprio cliente pode consultar as informações via internet.

Em agosto de 2005, no evento do II ENAT - Encontro Nacional de Administradores Tributários, em São Paulo, o Secretário da Receita Federal, os Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal, e os representantes das Secretarias de Finanças dos municípios das Capitais, buscando dar efetividade aos trabalhos de intercâmbio entre os mesmos, assinaram os Protocolos de Cooperação nº 02 e nº 03, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

A Nota Fiscal Eletrônica, NF-e, é um documento fiscal instituído pelo ajuste SINIEF 07/2005, que sofreu algumas alterações pelos ajustes: SINIEF 04/2006, SINIEF 05/2007 e SINIEF 08/2007.

Cláusula primeira. Fica instituída a NF-e que poderá ser utilizada em substituição a Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

A nota fiscal eletrônica informa o fisco em tempo real de todas as entradas e saídas de mercadoria dentro das empresas. A implantação do sistema melhorou o acompanhamento da Secretaria de Fazenda a todos os contribuintes do estado.

A NF-e é um documento eletrônico que contém dados do contribuinte remetente, do destinatário e da operação a ser realizada. Este documento é assinado com certificado digital do remetente e enviado à Secretaria da Fazenda (SEFAZ) de sua unidade federativa, para validação e autorização. (DUARTE, 2009, p. 74).

Na figura 02 é possível perceber como funciona o esquema de envio de informações através da nota fiscal eletrônica.

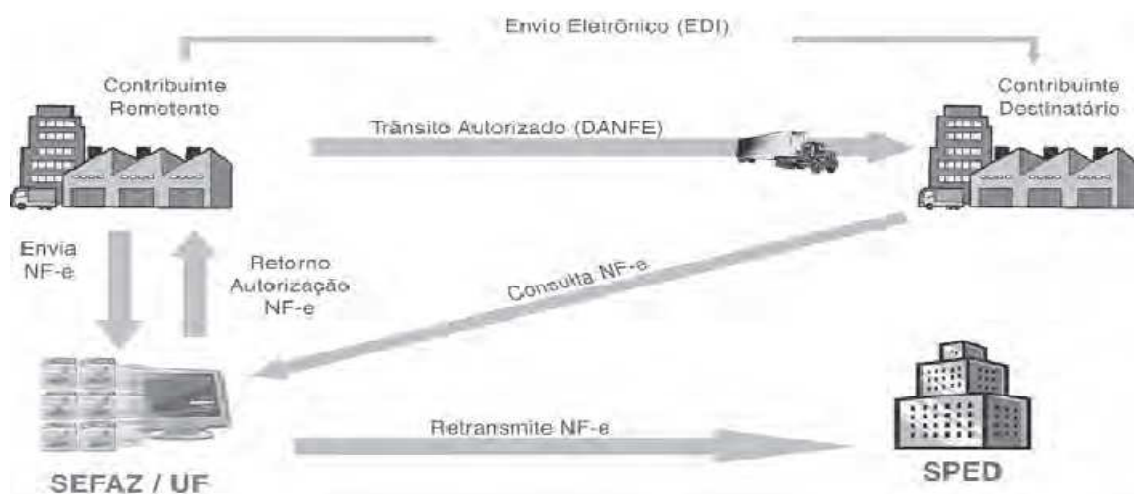


Figura 02. Esquema de funcionamento da NF-e.

Fonte: Duarte (2009, p. 73)

Com a nota fiscal eletrônica o contribuinte ao adquirir uma mercadoria pode consultar diretamente no sítio da Secretaria de Fazenda (SEFAZ) de seu estado a veracidade da mesma, e assim a própria SEFAZ retransmite através do SPED os dados recebidos.

É importante lembrar que para verificar a autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica a empresa precisa possuir o certificado digital, pois é o meio pelo qual se verifica a autenticidade de um documento emitido eletronicamente.

O certificado digital utilizado na Nota Fiscal Eletrônica deverá ser adquirido junto à Autoridade Certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, devendo conter o CNPJ do estabelecimento ou de sua matriz. (DUARTE, 2009, p. 282)

Com o certificado digital a empresa e o contribuinte tem a segurança necessária para a validação do documento eletrônico.

2.3.3 Empresas obrigadas a Escrituração Fiscal Digital

A Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) define por meio de decretos as empresas obrigadas a escrituração fiscal digital.

No Estado de Mato Grosso a escrituração fiscal digital foi instituída pelo governo do estado por meio do Decreto 1.525/2008.

Depois da instituição deste Decreto, o governo do Estado publica periodicamente uma lista com as empresas obrigadas ao SPED.

O ato COTEPE/ICMS nº 50 de 22 de dezembro de 2009 e mitiu uma lista de empresas obrigadas à escrituração fiscal digital em todo o país.

Quanto aos prazos de entrega das informações do SPED fiscal limita-se ao décimo quinto dia do mês subsequente.

2.3.4 Programa Validador e Assinador

Como é possível notar, e o próprio nome já sugere, a Escrituração Fiscal Digital, é feita por meio eletrônico.

Este programa é disponibilizado pela Receita Federal. A empresa gera um arquivo digital e informa a receita da escrituração.

A partir de sua base de dados, a empresa deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido em Ato COTEPE, informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI. Este arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo Sped. (RECEITA FEDERAL).

O Programa Validador e Assinador (PVA) tem a função de colher as informações disponibilizadas pelo contabilista e transmiti-las à Receita Federal. Para instalação do programa, a própria Receita Federal indica os procedimentos:

Como pré-requisito para a instalação do PVA é necessária a instalação da máquina virtual do Java. Após a importação, o arquivo poderá ser visualizado pelo próprio Programa Validador, com possibilidades de pesquisas de registros ou relatórios do sistema. (RECEITA FEDERAL).

Além da transmissão do arquivo o Programa Validador e Assinador tem ainda outras funções:

Outras funcionalidades do programa: digitação, alteração, assinatura digital da EFD, transmissão do arquivo, exclusão de arquivos, geração de cópia de segurança e sua restauração. (RECEITA FEDERAL).

Como regra a Receita Federal informa que a apresentação do arquivo digital tem periodicidade mensal.

A figura 03 demonstra o *layout* encontrado quando o PVA é acessado.



Figura 03. Programa Validador e Assinador

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Sped/Download/SpedFiscal/ProgSpedFiscalWindows.htm>

Ao acessar o programa o contabilista encontra as opções de procede à Escrituração Fiscal Digital, cadastrar contribuintes, verificar tabelas, proceder à cópia de segurança, e pode ainda, obter informações a respeito do programa.

A figura 04 demonstra o *layout* interno do PVA.

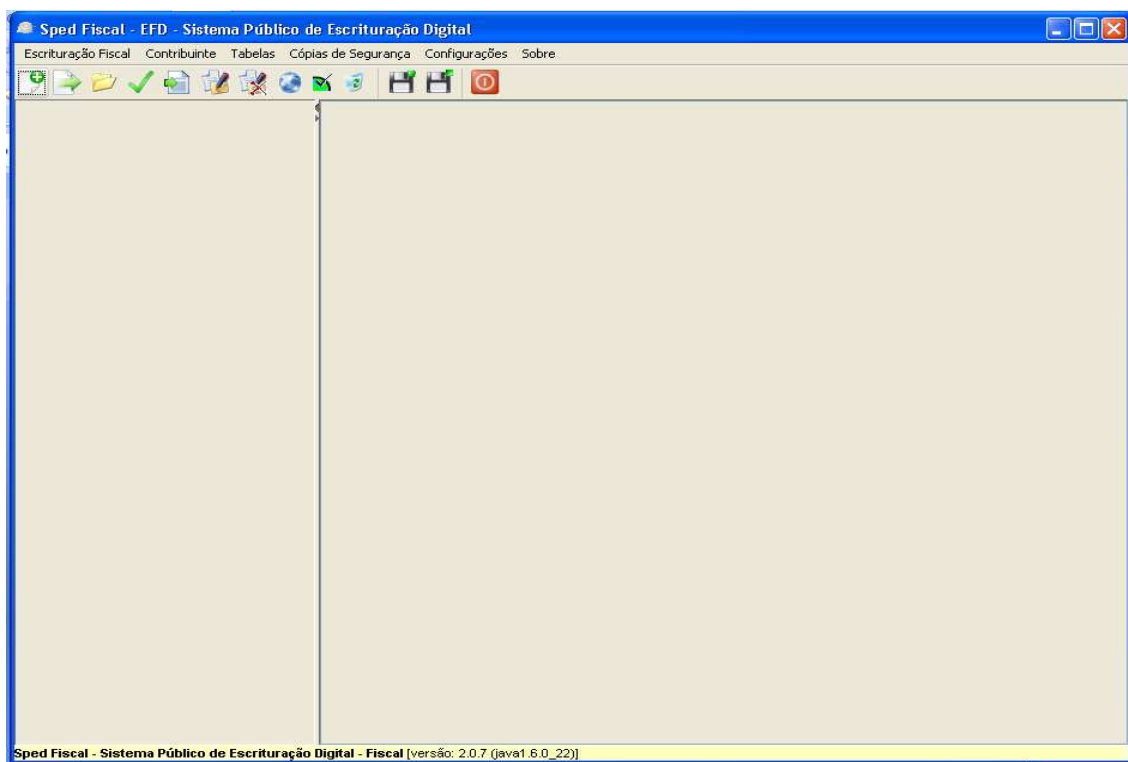


Figura 04. Layout interno do Programa Validador e Assinador

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Sped/Download/SpedFiscal/ProgSpedFiscalWindows.htm>

3 METODOLOGIA

A classificação da pesquisa quanto a seus objetivos toma forma de pesquisa exploratória. De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63) “tais estudos têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas idéias”.

Ainda outro autor define a pesquisa exploratória:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias e a descoberta de intenções. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41)

Inicialmente a pesquisa será bibliográfica. Os dados bibliográficos serão coletados principalmente por meios eletrônicos, através de materiais disponíveis na internet, visto que o assunto é novo e, portanto as fontes de pesquisa são bastante restritas.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI & LAKATOS, 2006, p. 185)

Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi conduzida por um levantamento de percepções do tipo *survey*, com auxílio de questionário, para se obter a explicação sobre a situação aqui pesquisada. Para conhecimento das dificuldades encontradas pelas empresas que prestam serviços contábeis em adequar-se ao SPED FISCAL, foi aplicado um questionário às empresas do município de Juína-MT.

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 203)

Após a distribuição e coleta dos questionários, os dados foram tabulados, a através de representação gráfica, elencadas as dificuldades encontradas, da maior para a menor.

4 ANÁLISE DE DADOS

Dando seqüência à pesquisa, após distribuição e coleta dos questionários respondidos os dados foram agrupados em tabelas para verificar quais as maiores dificuldades encontradas pelas empresas contábeis na entrega do arquivo de Escrituração Fiscal Digital.

O questionário possuía doze perguntas e foi enviado a todas as empresas contábeis do município que trabalham com Escrituração Fiscal Digital, oito ao todo. Somente seis responderam as perguntas.

Os resultados são apresentados através de gráficos para melhor visualização.

O gráfico 1 refere-se à falta de estrutura para geração e armazenamento dos arquivos. Nesta questão os respondentes foram indagados quanto à falta de estrutura para geração e armazenamento dos arquivos como dificuldade para correta entrega do SPED fiscal.

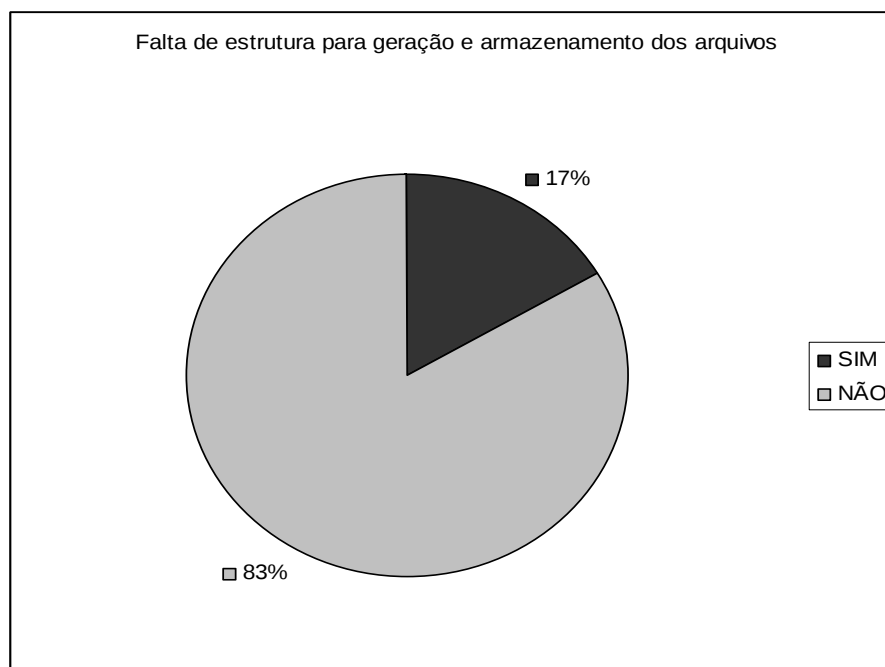


Gráfico 1. Falta de estrutura para geração e armazenamento dos arquivos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

Analisando-se o gráfico 1, pode-se perceber que 83% dos entrevistados responderam que a falta de estrutura para geração e armazenamento dos arquivos

não é tida como dificuldade e que 17% responderam que a falta de estrutura para a geração e armazenamento dos arquivos é tida como dificuldade.

O gráfico 2 refere-se à falta de adequação dos softwares utilizados para geração do arquivo do SPED Fiscal.

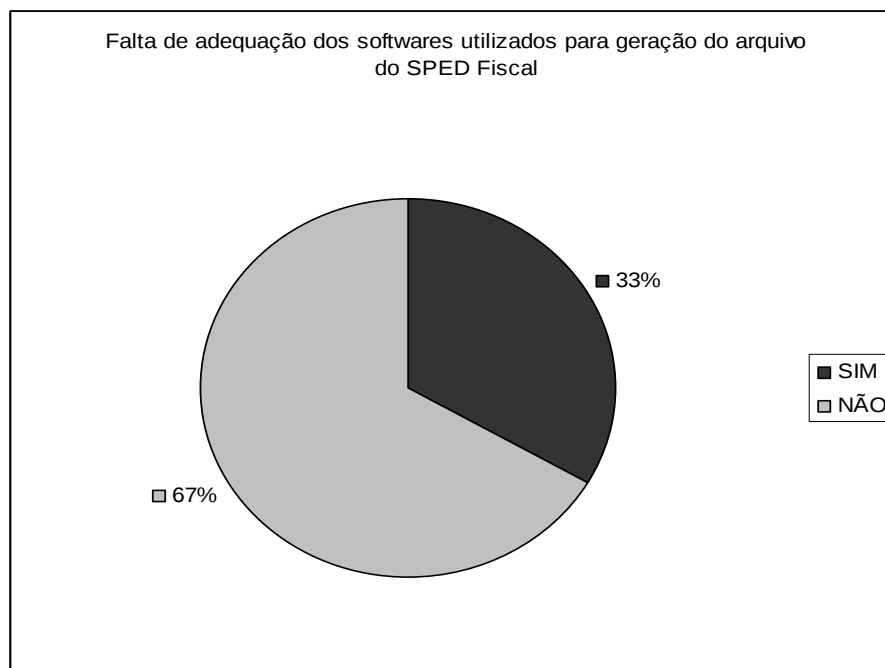


Gráfico 2. Falta de adequação dos softwares utilizados para geração do arquivo do SPED Fiscal.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

A falta de adequação dos softwares utilizados para geração do arquivo do SPED fiscal foi apontada por 33% dos respondentes como dificuldade.

O gráfico 3 apresenta se a estrutura tecnológica está preparada para suportar as gerações, validações e entrega dos arquivos.

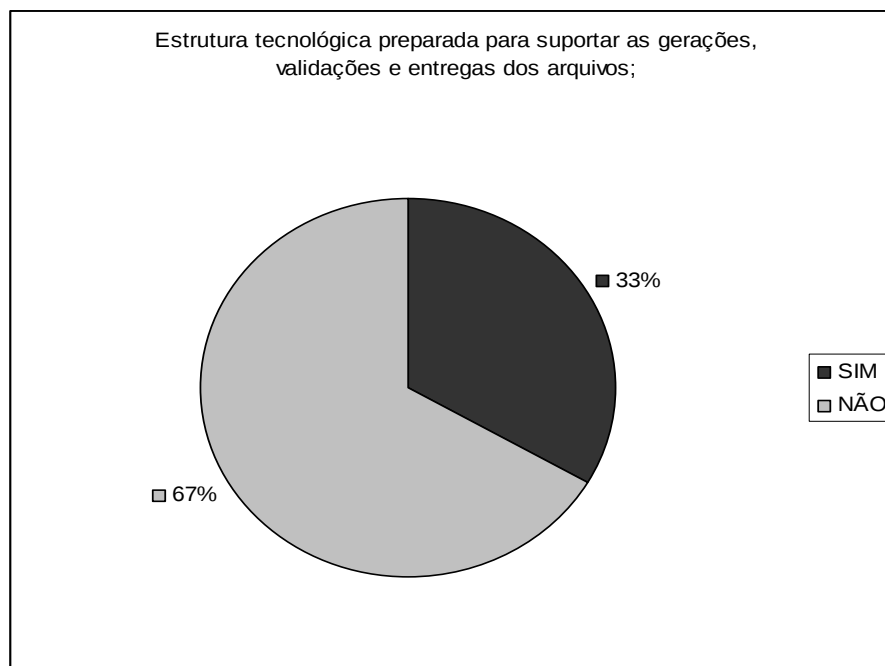


Gráfico 3. Estrutura tecnológica preparada para suportar as gerações, validações e entregas dos arquivos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

Observa-se no gráfico 3 que 67% dos respondentes disseram que a empresa não possui estrutura tecnológica preparada para suportar as gerações, validações e entregas dos arquivos digitais.

O gráfico 4 refere-se à falta de conhecimento técnico dos funcionários.

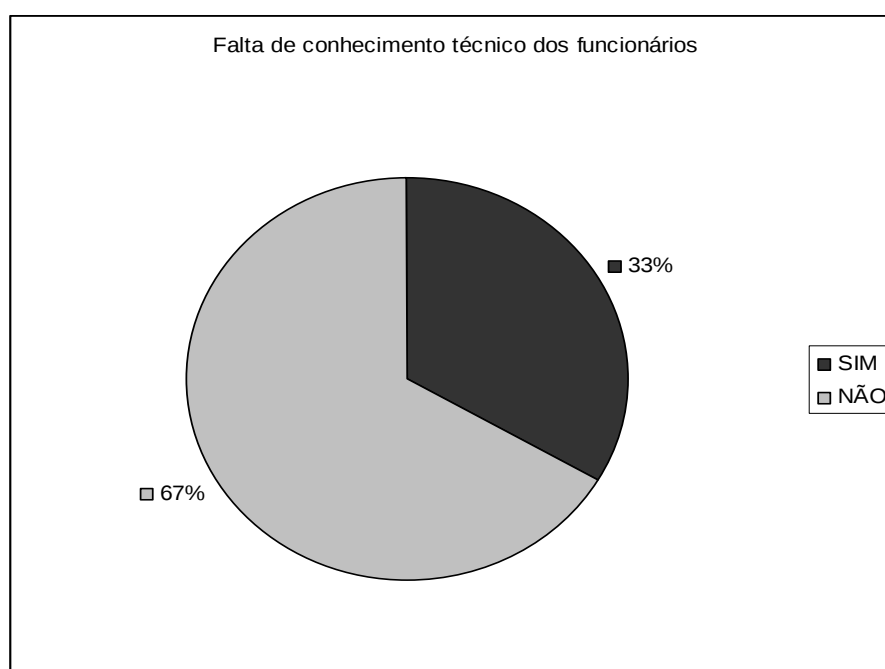


Gráfico 4. Falta de conhecimento técnico dos funcionários.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Pode-se observar através do gráfico 4 que, 33% dos respondentes apontaram que falta conhecimento técnico para os funcionários que trabalham com a Escrituração Fiscal Digital, e 67% disseram que esta dificuldade não procede.

Esta questão é muito interessante, pois aponta o nível de preparo dos funcionários responsáveis pela Escrituração Fiscal Digital. A partir desta resposta os contabilistas responsáveis pela empresas em questão, poderão promover treinamentos e capacitações para estes funcionários, a fim de melhorar o fluxo de trabalho dentro das empresas.

A educação continuada deve ser tema de freqüente discussão nas empresas, pois a contabilidade está cercada de leis e normas que constantemente sofrem alterações, e o funcionário precisa acompanhar estas mudanças.

O gráfico 05 apresenta os dados sobre dificuldade no entendimento do *layout* do PVA (Programa Validador e Assinador)

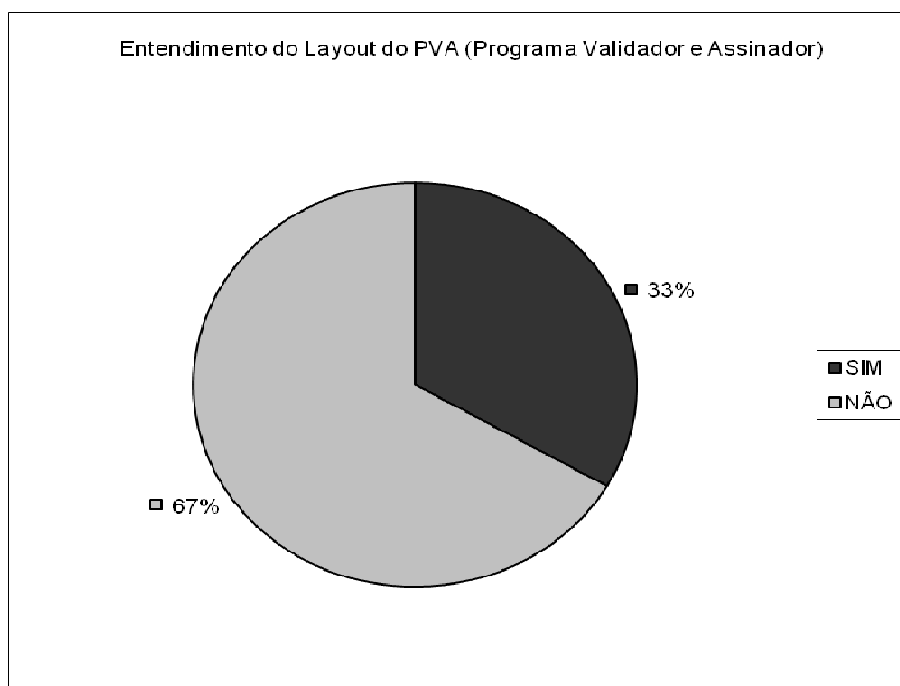


Gráfico 5. Dificuldade no Entendimento do *Layout* do PVA.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Pode se verificar que 33% apontaram que existe dificuldade no entendimento do *layout* do PVA (Programa Validador e Assinador).

Para auxiliar os usuários do PVA (Programa Validador e Assinador) a SEFAZ disponibiliza no Portal da Escrituração Fiscal Digital um Manual que traz de

forma detalhada a maneira que cada campo deve ser preenchido. Cabe ao usuário conhecer cada empresa e as informações que devem ser passadas.

O gráfico 6 apresenta os dados sobre dificuldade no entendimento da legislação.

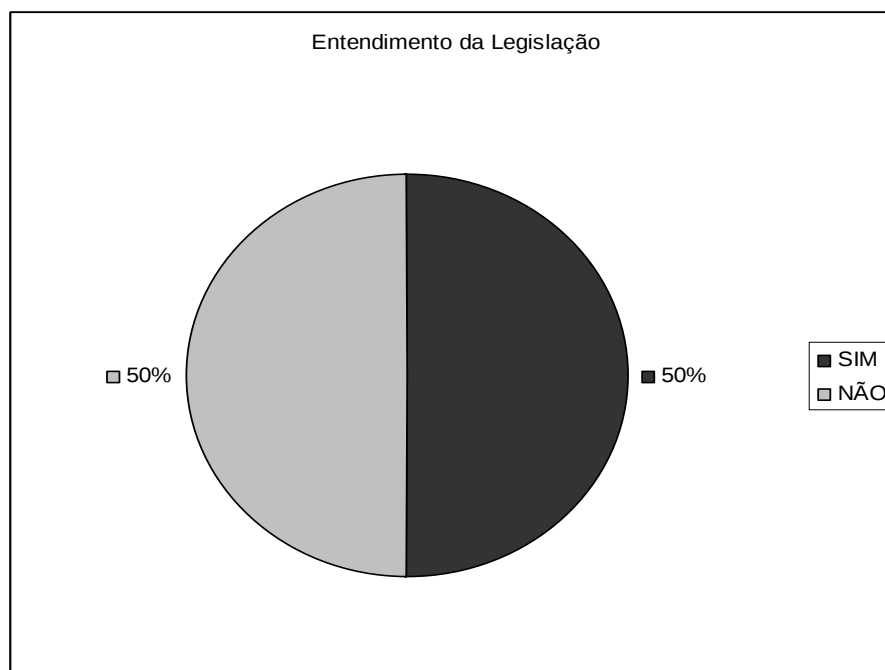


Gráfico 6. Dificuldade no Entendimento da legislação.

Fonte: Dados pesquisa, 2010.

Através do gráfico 6 pode-se observar que 50% dos respondentes concordam que existe dificuldade no entendimento à legislação e 50% afirmam que esta dificuldade não existe.

O gráfico 7 apresenta os dados sobre a dificuldade em atender os prazos de transmissão e implantação estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

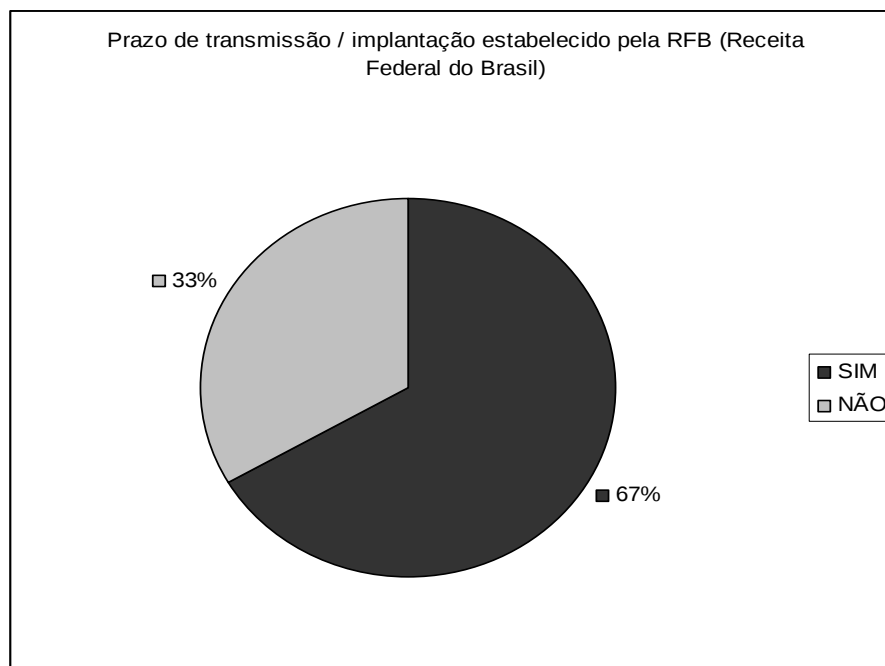


Gráfico 7. Prazo de transmissão e implantação estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Segundo apresenta-se no gráfico 7, os prazos de transmissão e implantação estabelecidos pela Receita Federal são apontados como dificuldade por 67% dos respondentes. Sabe-se que toda e qualquer mudança gera transtornos, e adequar-se a prazos pré-estabelecidos não é tarefa fácil. A resistência de algumas empresas na adequação de seus sistemas ao SPED está relacionada principalmente à falta de conhecimento a respeito do assunto. As empresas costumam acreditar nos benefícios trazidos pelo sistema e isso auxilia as dificuldades em atender prazos, já que a empresa contábil precisa das informações que o contribuinte deve disponibilizar.

Os dados sobre a dificuldade de acesso à Certificação Digital são apresentados no gráfico 8.

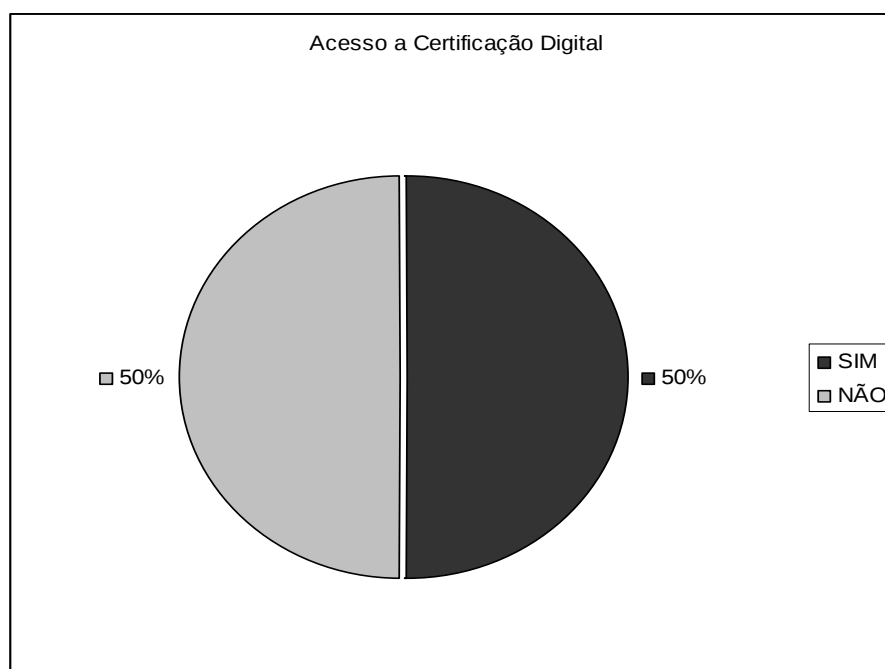


Gráfico 8. Dificuldade de acesso à Certificação Digital.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Pode-se observar no gráfico 8 que o acesso à Certificação Digital é apontada como dificuldade por 50% dos respondentes e os 50% restantes disseram que esta dificuldade não procede.

Os dados sobre as dificuldades nas particularidades e variações do conteúdo por estabelecimentos localizados em diferentes UF's são apresentados no gráfico 9.

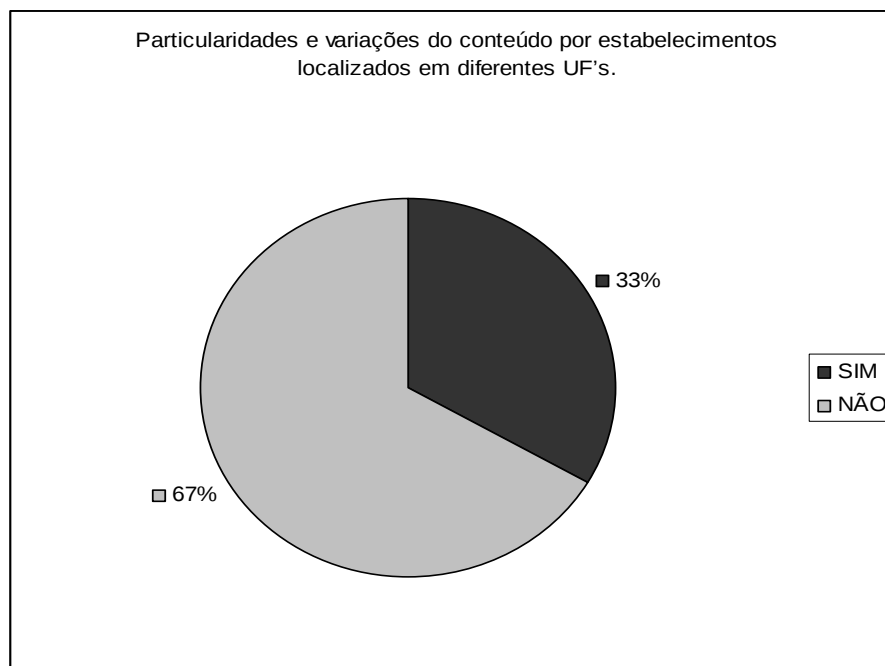


Gráfico 9. Particularidades e variações do conteúdo por estabelecimentos localizados em diferentes UF's.
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Através do gráfico 9 observa-se que as particularidades e variações de conteúdo em decorrência da localização de Unidade Federativa em que se encontra são apontadas como dificuldade por 33% dos respondentes.

O gráfico 10 apresenta os dados de dificuldade na falta de organização de documentos enviados pelos clientes.

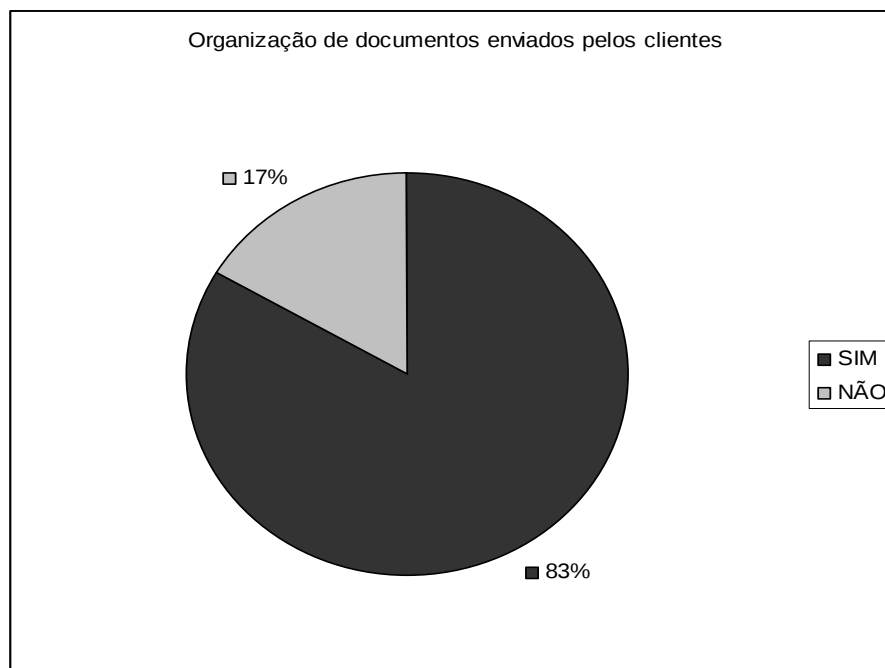


Gráfico 10. Organização de documentos enviados pelos clientes.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A falta de organização da documentação enviada pelos clientes é apontada como dificuldade por 83% dos respondentes conforme o gráfico 10.

A grande dificuldade de lidar com a parte burocrática faz parte da vida da maioria das empresas. A falta de tempo é apontada pelos clientes como motivo para os atrasos na entrega da documentação bem como na falta de organização dos documentos encaminhados ao escritório de contabilidade.

Sabe-se que os lançamentos contábeis obedecem a uma ordem cronológica, e que para isso os documentos precisam estar de acordo com esta ordem, somente assim não ocorrerão erros no momento da escrituração. O que acontece muitas vezes é que o funcionário que é designado para fazer a Escrituração Fiscal Digital tem seu tempo tomado em organizar os documentos enviados pelos clientes, e em decorrência disto pode acabar não conseguindo cumprir os prazos de entrega estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

Sobre a falta de cultura e comprometimento interno dos clientes, apresenta-se os dados no gráfico 11.

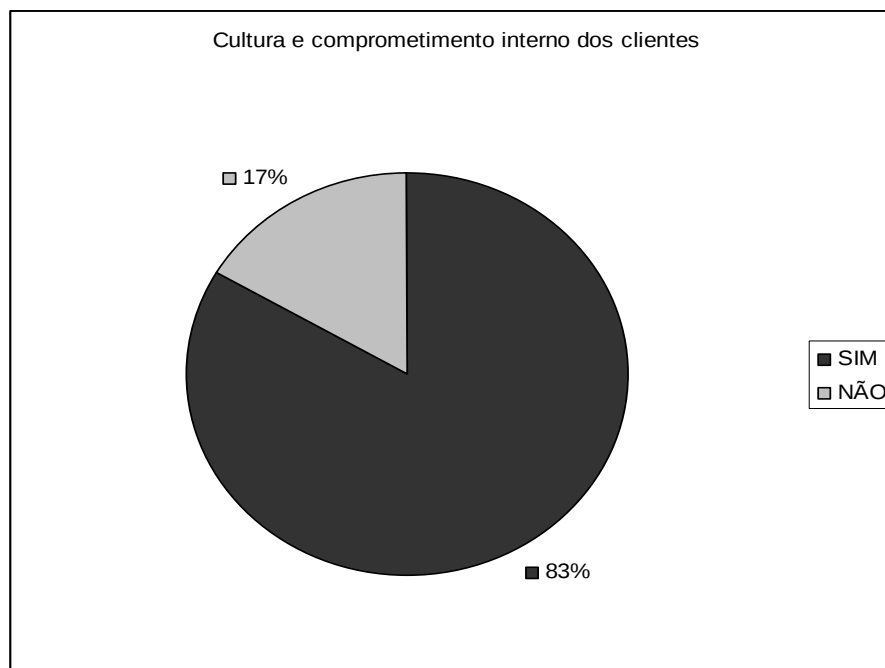


Gráfico 11. Cultura e comprometimento interno dos clientes.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A falta de cultura e comprometimento interno dos clientes é apontada como dificuldade por 83% dos respondentes de acordo com o gráfico 11.

O fato da maioria dos clientes não conhecerem e não compreenderem o Sistema de Escrituração Fiscal Digital contribui para a dificuldade de cumprimento de prazos.

A legislação sobre o SPED é bastante atual e ainda muito pouco conhecida. A maioria dos clientes deseja que o escritório de contabilidade e o contabilista trabalhem para diminuir todos os seus problemas, e muitas vezes não percebe que é a sua própria falta de conhecimento que faz com que se tenha as maiores dificuldades.

Muitas vezes os clientes deixam de cumprir os prazos de entrega da documentação e em virtude disto o contabilista não consegue proceder à escrituração dentro dos prazos exigidos pela Receita Federal do Brasil. Seria necessária uma conscientização desta clientela a fim de promover o conhecimento mais aprofundado a respeito do assunto.

As dificuldades na qualidade da informação repassada pelos clientes são apresentadas no gráfico 12.



Gráfico 12. Qualidade da informação repassada pelos clientes.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Nota-se novamente a dificuldade que os escritórios de contabilidade encontram em decorrência da falta de comprometimento de seus clientes. De acordo com o gráfico 12, 83% dos respondentes apontaram a falta de qualidade da informação repassada pelos clientes como dificuldade.

Muitas vezes os clientes deixam de cumprir os prazos de entrega da documentação e em virtude disto o contabilista não consegue proceder à escrituração dentro dos prazos exigidos pela Receita Federal do Brasil. Seria necessária uma conscientização desta clientela a fim de promover o conhecimento mais aprofundado a respeito do assunto.

5 CONCLUSÃO

O Sistema de Escrituração Fiscal Digital é uma novidade que vem trazendo muitas modificações no cotidiano de empresas e de contabilistas. A era da globalização trouxe à tona o mundo digital, que facilita o fluxo de informações entre pessoas, empresas e governo.

A contabilidade é uma ciência que faz parte da vida da humanidade desde seus primórdios, e que foi evoluindo conforme evoluíram as sociedades. Feita de forma manual, mecânica, ou agora, digital, a contabilidade não perde espaço. Adequar-se à nova realidade para atender as exigências do fisco requer esforços financeiros e intelectuais. Promover a adequação tecnológica e a capacitação dos funcionários é imprescindível para a melhoria na transmissão do arquivo de escrituração digital.

Tendo em vista o grande cenário de mudanças, esta pesquisa buscou identificar quais as dificuldades encontradas pelas empresas de serviços contábeis de Juína - MT para entregar corretamente o SPED FISCAL.

O problema de pesquisa foi respondido, e de acordo com as respostas as maiores dificuldades se dão em torno do entendimento da legislação, do atendimento aos prazos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, pela falta de acesso à certificação digital, e principalmente pela falta de comprometimento e organização dos clientes.

A primeira hipótese levantada pela pesquisa foi descartada visto que de acordo com as respostas obtidas a maior dificuldade para a correta entrega do SPED FISCAL não está relacionada ao capital tecnológico da empresa.

A segunda hipótese também foi descartada, levando em consideração que somente 33% dos respondentes afirmaram que as dificuldades se dão em torno do capital humano da empresa.

A terceira hipótese foi confirmada, pois as respostas obtidas apontam que as maiores dificuldades encontradas pelos respondentes dizem respeito à falta de comprometimento de seus clientes.

A quarta hipótese também se confirmou, pois a dificuldade em entregar e transmitir o arquivo do SPED FISCAL dentro do prazo estabelecido foi apontada pela maioria dos respondentes.

A quinta hipótese foi confirmada por 50% dos respondentes, pois os encontram dificuldades em ter acesso à certificação digital.

A sexta e última hipótese foi descartada, pois, de acordo com a pesquisa existem sim, muitas dificuldades encontradas para a entrega e transmissão do arquivo do SPED FISCAL.

Conclui-se, portanto que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, pois a pesquisa conseguiu identificar as dificuldades encontradas pelas empresas de serviços contábeis de Juína-MT para atenderem às exigências de transmissão da Escrituração Fiscal Digital, por meio do sistema do SPED FISCAL

Este estudo tem cunho informativo e destina-se tanto para estudantes da área de contabilidade como para os contabilistas já atuantes no mercado de trabalho. Apontar as dificuldades quanto ao SPED FISCAL pode facilitar a criação de meios para melhorar este sistema.

Entende-se que seria necessário um estudo mais aprofundado junto às empresas que prestam serviços contábeis e a seus clientes, para divulgar informações pertinentes, e promover a capacitação e conscientização tanto dos funcionários dos escritórios de contabilidade quanto dos funcionários das próprias empresas clientes.

REFERÊNCIAS

AUTRAN, Margarida. COELHO, Claudio Ulisses F. **Básico de Contabilidade e Finanças**. Rio de Janeiro: SENAC nacional, 2003. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=baukWQOsZ2UC&pg=PA64&dq=escritura%C3%A7%C3%A3o+do+livro+di%C3%A1rio&hl=pt-br&ei=K9HnTMTyGcys8AaL1ODUCQ&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=2&ved=0CDYQ6wEwAQ#v=onepage&q=escritura%C3%A7%C3%A3o%20do%20livro%20di%C3%A1rio&f=false> Acesso em: 18 de Nov. de 2010.

BARRETO, G. **A responsabilidade do contador perante o código civil brasileiro e suas aplicações contábeis: obrigatoriedades previstas no código civil brasileiro, lei n. 10.406 de 10/1/2002, em vigor desde 11/1/2003**. Belo Horizonte: Líder, 2003.

BRASIL, Secretária da Receita Federal. Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006 - Institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm> Acesso em: 21 out. 2010.

BRASIL, Secretária de Fazenda. Ajuste SINIEF 07/05. Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/nfe/arqDownloads/legislacao_ajuste_SINIEF_07.2005.pdf> Acesso em: 21 out. 2010.

BUENO, Ary Silveira. **SPED seus objetivos e consequências**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/sped-seus-objetivos-e-consequencias/19152/>> Acesso em: 02 de out. de 2010.

CASTRO, Alexandre Ramires de. **Livros Contábeis**. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/3110315/Contabilidade-Informatica-Livros-Contabeis>> Acesso em: 16 de set. 2010.

CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A., SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo – SP: Pearson, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**. 3.ed. São Paulo – SP: Atlas, 2004.

CRUZ, Naiana Vasconcelos Silva.et. al. **O impacto da tecnologia da informação no profissional contábil**. 2004. Disponível em: <<http://www.eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/218.doc>> Acesso em: 04. De Out. 2010.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. Ideas@work, 2009.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

FAVERO, Hamilton Luiz. et. al. **Contabilidade: teoria e pratica**. 3.ed. São Paulo: Atlas 2005.

FERRARI, Ed Luiz. **Contabilidade Geral: série provas e concursos**. 8. Ed. – Rio de janeiro: Elsevier, 2008. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=71a1dZZ59gEC&printsec=frontcover&dq=contabilidade+geral+Ed+Luiz+ferrari&hl=pt-BR&ei=RdDnTMrRNoP_8AaH2-ixCQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CDMQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 19 de Nov. de 2010.

FERREIRA, Ricardo José. **Contabilidade básica: finalmente você vai aprender contabilidade: teoria e questões comentadas: conforme a MP nº 449/2008**. 7.ed. – Rio de Janeiro: Ferreira,2009.

FORTES, José C. **Responsabilidade Profissional Do Contabilista**. 2006. Disponível em: <<http://www.fortescontabilidade.com.br/artigos.view.php?id=939>> Acesso em: 02 de out. 2010.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23 ed. São Paulo- SP, Atlas. 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2002.

Introdução à Contabilidade. Disponível em:

<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabilidade00#usuarios>> Acesso em: 15 de set. 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 8.ed.- São Paulo – SP: Atlas,2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação. Com alterações da lei n.º 11.638/2007**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 7. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Luís Martins de. et al. **Manual de contabilidade tributária**, 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 3. ed. São Paulo – SP: Saraiva, 2009.

O Impacto da Tecnologia da Informação no Profissional Contábil. Disponível em: <<http://www.intercostos.org/documentos/218.pdf>> Acesso em: 01 de Out. 2010.

REHIM JUNIOR, Édison. **A importância da escrituração contábil como diferencial no processo de gestão nas empresas**. (2009). Disponível em: <www.casadocontabilista.com.br/uploads/monografia01.doc> Acesso em: 06. De Out. 2010.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**, São Paulo: Atlas, 1998. p. 349.

SPED Fiscal. Como Funciona. Disponível em:
< <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped-fiscal/como-funciona.htm>> Acesso em: 02 de out. 2010.

ZANLUCA, Júlio César. **História da Contabilidade**. Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.html>> Acesso em: 15 de set. 2010.

ANEXO

ANEXO A – MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Questionário de pesquisa: SPED Fiscal, Dificuldades encontradas pelos Escritórios de Contabilidade de Juina para entregar o arquivo corretamente.

Discente: Bruna Cristina Dilele Zandonadi

Curso: Bacharelado em Ciências Contábeis – VIII Termo

Instituição: AJES - Juina/MT

Instruções:

- As perguntas devem ser respondidas com “SIM” ou “NÃO”.

MOTIVOS	SIM/NÃO
Falta de estrutura para geração e armazenamento dos arquivos	
Falta de adequação dos softwares utilizados para geração do arquivo do SPED Fiscal	
Estrutura tecnológica preparada para suportar as gerações, validações e entregas dos arquivos;	
Falta de conhecimento técnico dos funcionários	
Entendimento do <i>Layout</i> do PVA (Programa Validador e Assinador)	
Entendimento da Legislação	
Prazo de transmissão / implantação estabelecido pela RFB (Receita Federal do Brasil)	
Acesso a Certificação Digital	
Particularidades e variações do conteúdo por estabelecimentos localizados em diferentes UF's.	
Organização de documentos enviados pelos clientes	
Cultura e comprometimento interno dos clientes	
Qualidade da informação repassada pelos clientes	